



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
GABINETE DO REITOR
AUDITORIA INTERNA**

RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA Nº 12/2014

1 - Identificação da Auditoria

Área: A. 2 – Gestão Patrimonial

Ação: A.2.1- Auditar o Almoxarifado

Setor Auditado: Coordenadoria de Materiais e Patrimônio/ Núcleo de Almoxarifado

Período de realização: 12/08/2014 a 31/10/2014

Objetivo: Verificar a aplicação de normativo interno sobre controle, movimentação e estoque de materiais, o cumprimento das rotinas e procedimentos e a utilização de sistema de controle, visando garantir o funcionamento adequado do almoxarifado.

2 – Escopo ou procedimento

A auditoria foi realizada tomando por base análise dos relatórios anteriores, visita às novas instalações do almoxarifado central da UFRB, bem como visita ao imóvel onde se encontram estocadas as lâmpadas fluorescentes em desuso após substituição por novas.

Também foram solicitados relatórios do sistema de acompanhamento do almoxarifado e patrimônio a fim de verificar em termos de quantitativos a manutenção de bens permanentes nas dependências da CMP.

Por meio de solicitação de auditoria, fora questionada concomitantemente a Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico - SIPEF, sobre os critérios para requisição de compras de materiais para manutenção de imóveis da UFRB.

3 – Acompanhamento da Gestão

Após os trabalhos de auditoria notaram-se avanços desde o último relatório de auditoria nesta área; Como boa prática há que se destacar os ganhos com a mudança das instalações da Coordenação de Materiais e Patrimônio e almoxarifado central. O almoxarifado central agora goza de espaços mais amplos, que concorrem para melhores critérios de organização, tais como a separação de bens de consumo e permanentes, ordenados por sua natureza de uso, em que se segrega por exemplo, armários e mesas de bens de papelaria, facilitando a identificação e destinação. Ademais, há que se destacar que instalações mais amplas permitem amenizar uma das situações patrimoniais ainda recorrentes, que é a manutenção de alto volume de bens inservíveis em Centros de Ensino,

ocupando espaços que poderiam ser utilizados para Ensino, Pesquisa e Extensão. Tal fato, com a ressalva da ocupação de espaço por pallets do proprietário do imóvel (já relatada no relatório do auditoria de patrimônio 013/2014), contribuiu para a melhoria da organização do almoxarifado no entender desta equipe de auditoria. Em contraponto registramos que há demanda por melhor organização da equipe de pessoal do almoxarifado, que se encontra em déficit, com apenas um servidor, o que, apesar de contar com o apoio de pessoal terceirizado, pode prejudicar ao atendimento das demandas de material de toda a universidade bem como retardar o fornecimento de informações técnicas a exemplos dos RMAs à Contabilidade. Das demais análises e observações indicamos as constatações seguintes.

4 – Constatações

Constatação nº 09

Demanda por racionalização dos estoques de materiais de consumo.

Da visita às novas instalações do almoxarifado central destacou-se o volume de alguns bens de consumo estocados, a exemplo de utensílios de cozinha, facas, talheres, cadernos, bobinas de fax, etc, conforme registros fotográficos abaixo. Quanto aos utensílios de cozinha, verificou-se em diálogo com o chefe de núcleo de almoxarifado que se encontram estocados há um tempo considerável após recebimento. Das bobinas de fax destaca-se o alto volume de espaço ocupado pelas caixas e a tendência de desuso com a diminuição da utilização de aparelhos de fax, que vem sendo substituído por tecnologias como e-mail, scanner e impressora.



Há que se enfatizar a natureza transitória da unidade de almoxarifado, sendo esta um elo entre a unidade solicitante, que emite demanda necessária à realização de suas atividades e o atendimento desta demanda, que deve ser precedida de controles de legalidade, ateste, verificação, quando da entrega do bem pelo fornecedor, como preconiza a legislação da esfera pública. Após vencida essa etapa necessária de verificação, o bem deve ser encaminhado para a unidade solicitante, que, em tese, precisa de forma contundente deste material, não sendo interessante nem adequada a estocagem destes bens em grandes volumes para utilização sob demanda ou manutenção até obsolescência.

É notório que a gestão de materiais e patrimônio neste íterim sofre efeitos de outra deficiência institucional, qual seja a falha de dimensionamento das demandas de compra, ainda não amparadas por dados específicos de consumo histórico oriundos de um sistema de informação, levando à superestimativa de demanda, o que por sua vez gera estocagem

indevida de bens, com todos seus custos e responsabilidades acessórias. Neste sentido, cabem esforços da coordenação de materiais e patrimônio para destinação dos bens às unidades solicitantes, de forma a racionalizar o estoque de materiais de consumo. Esta iniciativa pode inclusive surtir cunho educativo, ao passo de que cada unidade da organização, ao receber bens de consumo superiores até mesmo à quantidade que pode estocar em ambiente local, entenda que o pedido acima da necessidade não configura opção racional.

Da resposta à Solicitação de Auditoria 44/2014 sobre os bens aludidos informa a gestão de patrimônio:

- Quanto aos utensílios de cozinha: *“Tal aquisição se deu anteriormente à implantação do sistema SIPAC, o que dificulta em muito a identificação precisa do solicitante, embora saibamos que seja a PROPAAE. Providenciaremos a distribuição desses itens para as copas desta Universidade.”*

- Quanto às bobinas de fax: *“A UFRB possui 96 (noventa e seis) aparelhos de fax em uso. A última compra de bobina coincidiu com a compra de 42 (quarenta e dois) aparelhos. Faz parte dos planos da CMP a elaboração de um plano de saneamento de materiais, visando identificar materiais de baixo giro e obsoletos, para que possamos adotar as medidas legais de desfazimento dos mesmos.”*

Louva-se a resposta da gestão de materiais, que já indica intenção de gestão dos estoques para racionalização de quantitativos com base em giro de estoques. Há farta literatura sobre o tema, e como esta providência ainda se encontra em estudo, mantém-se a constatação registrada para fins de acompanhamento.

▪ **Manifestações do Auditado**

“O NUCAL está realizando inventário de estoque, e com base na verificação física, identificaremos os materiais com baixo giro e obsoletos, para assim promovermos o desfazimento dos mesmos.”

Análise das manifestações da unidade auditada

Louvamos o planejamento da unidade auditada quanto à existência de procedimentos de racionalização dos estoques com base em inventário periódico. No entanto, ressaltamos a necessidade de controle permanente de tais demandas, como forma de evitar a manutenção de estoques que constituem crítica recorrente de órgãos de controle.

Recomendação nº 11

Apresentar plano de ação para racionalização dos itens citados nesta constatação estocados nas dependências da CMP.

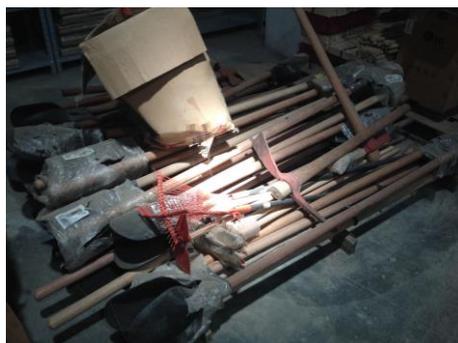
Constatação nº 10

Superestimativa de materiais para manutenção de bens pela SIPEF e manutenção de bens permanentes em estoque contrariando a IN 205/88

Na mesma linha da constatação anterior, mas de forma diferenciada por se tratar de bens permanentes, durante a visita às dependências do almoxarifado central detectou-se um grande volume de bens permanentes, sobretudo ferramentas, e bens de consumo, em sua maioria material hidráulico (fotos abaixo) que chegam a ocupar toda uma lateral do grande galpão do almoxarifado central. Além da repetitiva alusão à necessidade de espaço para recepção dos inservíveis, um dos motivos para aluguel do novo espaço com maiores dimensões. Não se sabe quando haverá o consumo de volume tão expressivo de materiais já que muitas demandas de manutenção desta universidade estão sendo conduzidas para contratos de manutenção com base em Regime Diferenciado de Contratação-RDC, que inclui projeto, execução com utilização de mão de obra e materiais aplicados pela empresa e pagos por meio de fatura. Como fato adicional há que destacar que existe outro estoque de materiais de uso da manutenção, este em pequenas dimensões, localizado em prédio de uso da equipe de manutenção ao lado da garagem/núcleo de transportes no campus de Cruz das Almas.



Ainda no almoxarifado central chamou a atenção o quantitativo de ferramentas estocadas (fotos abaixo). Sendo tais ferramentas (martelos, cavadores, picaretas, tesouras de poda, facões, espátulas, etc) bens duráveis com vida útil de maior tempo, sua estocagem contraria a Instrução Normativa IN 205/88, que veda a manutenção de estoques de materiais permanentes sem utilização.



Como a responsabilidade para solicitação de compra de tais materiais bem como sua utilização recai sobre a Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico – SIPEF, foram solicitadas informações sobre os critérios de planejamento das aquisições de materiais para manutenção, aparentemente superestimadas, o que gerou o estoque de bens de consumo e permanentes em alto volume no almoxarifado central.

Da resposta à solicitação de auditoria 43/2014, quanto aos critérios de aquisição que justifiquem o montante adquirido e estimativa de uso dos bens permanentes estocados fora respondido o que segue:

- **Quanto aos critérios para solicitação de compras:** *“Para que este Núcleo de Manutenção fizesse um listado de materiais visando a compra de recursos materiais para atender as demandas de serviços construtivos corretivos usamos como critério a referência que se tinha no órgão de anos anteriores ainda considerando o crescimento do patrimônio construído do órgão e a previsão na época da abertura de mais dois campus universitário, no caso no município de Feira de Santana e Santo Amaro.*

Com aperfeiçoamento do sistema (SIPAC) de controle no qual se trabalha, esperamos poder implantar um método de cálculo para a demanda de compra de materiais baseado no tratamento das informações de consumo de anos anteriores considerando as variáveis de; valor gasto por m² de área edificada a ser mantida habilitada para o uso da docência”

- **Quanto a estimativa de uso dos bens estocados:** *“Visando melhorar o atendimento da Manutenção Predial nos centros de ensino foram distribuídos “kit de ferramentas” para o GTA de cada centro, que poderão ser utilizados eventualmente em pequenos serviços ou reparos, em sendo assim o estoque de material permanente em almoxarifado setorial, e que constam itens tais como: Martelo pena 500g, Serrote ramada 559mm, Serra, Trena de fibra 20mt, etc, adquirida para Manutenção Predial e em sua maioria classificados como material permanente, visa atender as demandas dos centros de ensino bem como havendo a necessidade de reposição de algum item do kit.”*

Da análise das respostas acima depreende-se que o critério utilizado embora coerente apresentou falha na execução, ao passo que permitiu a aquisição de um volume de materiais, sobretudo material hidráulico, muito superior ao consumo normal da instituição, provocando a estocagem demonstrada. Há necessidade de reavaliação da necessidade de consumo deste material ao longo do tempo ou opção pelo desfazimento (encaminhamento a outros órgãos, etc) ao passo que os dois novos centros já estão em funcionamento e a demanda de manutenção aparentemente não seria crescente à mesma proporção dos estoques atuais. A utilização do SIPAC como referencial estatístico para novas aquisições se constituiria em boa prática de gestão, ao que incentiva esta equipe de auditoria.

Quanto à estimativa de consumo das ferramentas, o fato é preocupante, pois a resposta indica que já “foram distribuídos ‘kit de ferramentas’ para o GTA de cada centro”, ou seja, o considerável quantitativo em estoque não possui destinação imediata, exceto em caso de demanda por reposição, que pode não ser proporcional ao volume estocado, configurando mais uma vez a possibilidade de superestimativa e estoque indevido de bens permanentes por falha de planejamento.

Há demanda por união de esforços entre a Coordenação de Materiais e Patrimônio e a SIPEF para determinação de alternativas de gestão frente a esta constatação.

▪ **Manifestações do Auditado**

“Em primeira mão, insta salientar que tais ferramentas não estão classificadas como material permanente – embora tenham uma vida útil maior do que os materiais de consumo usuais. Em segundo lugar, é importante ressaltar que a CMP não participou em fase alguma desse pedido de compra de materiais de manutenção de imóveis e ferramentas. Isso não nos exime de buscar alternativas de gestão frente a esse problema. No entanto, é necessário ressaltar a importância de que os setores demandantes sejam “demandados” de forma mais contundente a dar solução a essas questões de superdimensionamento.

Estamos realizando um inventário de depósito, e após o final, a SIPEF será chamada à CMP para indicar a destinação desses materiais.”

Análise das manifestações da unidade auditada

De acordo com a manifestação do auditado reconhecemos equívoco na classificação das ferramentas que são classificadas como consumo. Ainda assim dada sua durabilidade, como citado na manifestação, se deve empreender melhor planejamento para aquisição adequada à demanda de utilização. Ainda reconhecendo a necessidade de um trabalho intersetorial para a solução do problema a equipe de Auditoria Interna procederá a elaboração de nota de auditoria direcionada à gestão da SIPEF recomendando a união de esforços com a CMP no sentido de elucidar a questão.

Recomendação nº 12

Proceder destinação aos elevados estoques de ferramentas a serem utilizadas pelo núcleo de manutenção da SIPEF estocados nas dependências da CMP.

Constatação nº 11

Intempestividade na realização de leilão de bens inservíveis

Durante a visita às novas instalações do almoxarifado central também foi possível verificar um considerável volume de bens inservíveis, sobretudo computadores, monitores CRT, partes de cadeiras e mesas entre outros itens conforme registro fotográfico abaixo.



Imediatamente houve consulta ao Chefe do Núcleo de gestão responsável pelo desfazimento de bens. De posse de documentos, comunicações à outros níveis de gestão e normativos, restou clara a iniciativa da gestão de almoxarifado em envidar esforços para o desfazimento de tais bens. Constatou-se que o processo de leilão de inservíveis se mostra adiantado no que concerne a automóveis, cuja fase de planejamento é avançada. No entanto não ficou claro qual o plano de ação ou cronograma para desfazimento dos bens de outras naturezas, tais como sucatas e restos de computadores, cujo interesse de uso de outros órgãos é nulo, são bens de baixo retorno econômico, o que levaria à possível alienação por lotes de matéria prima (sucata), o que inclui um processo demasiadamente burocratizado, com diversos níveis de documentação. Logo se faz imperioso acelerar este processo, haja vista que nos centros de ensino há ainda mais bens inservíveis a serem recolhidos e descartados.

- **Manifestações do Auditado**

“A CMP já possui uma listagem de bens inservíveis os quais não poderão ser objeto de leilão devido ao baixo retorno econômico. Visando solucionar os problemas relacionados aos bens inservíveis desta Universidade, determinamos o recolhimento dos referidos bens que ainda se encontram nos Centros de Ensino e a abertura de processos de desfazimento nas suas variadas modalidades, quais sejam: leilão, doação, inutilização, abandono, etc, de acordo com a legislação vigente. Informamos ainda que foi solicitado ao Gabinete do Reitor, através da nossa Pró-Reitora de Administração, a criação de uma comissão permanente de desfazimento com o intuito de dar celeridade a esses processos, o que foi prontamente atendido por meio da Portaria UFRB nº 842/201, de tal forma que prevemos solucionar este problema até o final do primeiro semestre de 2015.”

Análise das manifestações da unidade auditada

Reconhece-se a adoção de medidas parciais na busca pela solução do problema constatado. Tendo em vista a demanda atual de crescimento dos centros, com a criação de novos cursos e terminalidades, se faz imperiosa a continuidade das iniciativas de desfazimento, ainda que sob a forma de sucata, que serão acompanhadas por esta equipe de auditoria interna.

Recomendação nº 13

Diante da disponibilidade atual de espaço proceder ao recolhimento dos bens inservíveis localizados nos centros e proceder desfazimento na modalidade cabível ainda que sem expressivo retorno econômico para a instituição.

Cruz das Almas, 31 de outubro de 2014

Igor Dantas Fraga
Matrícula SIAPE: 1560345
Auditoria Interna

Siméa Azevedo Brito Borges
Matricula SIAPE: 1578303
Auditora

Alexsandra Silveira Mota
Mat. SIAPE 1755960
Auditoria Interna